

*LIBERDADE ECONÔMICA, LIBERDADE POLÍTICA E FELICIDADE:
Uma análise empírica de um painel de países*

Julho 2007

Raphael Bottura Corbi
Naércio Aquino Menezes Filho

Área ANPEC: 7 - Microeconomia, Métodos Quantitativos e Finanças
Classificação JEL: K0, H0, I31

Resumo

Este artigo analisa o papel da liberdade econômica e política na determinação do bem-estar subjetivo dos indivíduos. Através da utilização de micro-dados de surveys de felicidade, encontramos evidências de que as pessoas parecem derivar utilidade das condições e processos que levam aos resultados econômicos, além da utilidade derivada propriamente dos resultados. Chamamos este tipo de utilidade de utilidade processual. A principal consequência teórica deste tipo de evidência é que o fato das pessoas se importarem com os processos de escolha viola o axioma fundamental da monotonicidade, de forma que a avaliação do comportamento individual a partir de uma perspectiva tradicional levaria necessariamente a uma representação inconsistente das preferências.

Abstract

This papers analyzes the role of economic and political freedom on individual subjective well-being. Using microdata from surveys of happiness, we find evidence that people seem to derive utility from the conditions and processes that lead to economic outcomes, beyond the utility gained directly from these outcomes. This kind of utility is called procedural utility. The main theoretical consequence of this kind of evidence is that the fact that people care about choice processes violates the fundamental axiom of monotonicity. The evaluation of individual behavior from a standard theoretical approach, then, leads necessarily to an inconsistent representation of preferences.

Palavras-chave: utilidade processual, liberdade econômica, liberdade política, felicidade
Key-words: procedural utility, economic freedom, political freedom, happiness

“Doing what you like is *Freedom*. Liking what you do is *Happiness*”
anonymous

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar o papel da liberdade econômica e política na determinação da felicidade dos indivíduos. Para isso, utilizamos micro-dados provenientes de pesquisas de opinião para indivíduos de diversos países do mundo.

A idéia de se utilizar a auto-avaliação como forma de avaliar o nível de bem-estar experimentado por uma sociedade e seus indivíduos data da época de Aristóteles ou além (Helliwell 2002). A visão aristotélica tem importância central no pensamento moderno parcialmente devido a suas tentativas de balancear aspectos distintos da satisfação humana. Ao desenvolver sua teoria, Aristóteles enfatizou a importância de uma atividade virtuosa ao longo da vida, o que por sua vez requer uma provisão suficiente de bens externos para se alcançar o desejado.

Este trabalho é inspirado no desafio aristotélico de testar empiricamente as teorias de bem-estar de maneira direta. Esta tradição é muito disseminada no campo da psicologia e tem recebido grande atenção recentemente também por parte dos economistas (Clark e Oswald 1998, Di Tella et al. 2001, Layard 2005). Além do interesse inerente de mapear os correlatos da felicidade, também existem razões de políticas públicas para estudarmos a fundo as medidas subjetivas de bem-estar. Uma é que muitas destas políticas afetam o bem-estar tanto via aumento da produtividade quanto por outros canais. A análise econômica tradicional pode reconhecer a existência destes outros canais, mas se os efeitos são geralmente positivos via um canal, e negativos via outro, o efeito líquido final somente poderá ser avaliado caso haja um método de comparação das magnitudes de ambos os canais. Dessa forma, a medida dos tamanhos relativos dos efeitos pode ser utilizada para dar suporte à inferência sobre as conseqüências das políticas públicas em questão.

Ao contrário da maioria dos trabalhos na área da economia da felicidade, que visam testar o papel de resultados (*outcomes*) econômicos tais como renda, desemprego e outros, este artigo tem como objetivo melhor compreender o papel dos processos no bem-estar individual. Além dos resultados econômicos observados, as pessoas parecem também derivar utilidade das condições e processos que levam a esses resultados (Sen 1995, Frey e Stutzer 2002b, Benz 2005). Esse tipo de utilidade, conhecido na literatura como *utilidade processual*¹, é uma fonte de bem-estar diferente das geralmente incluídas na função de utilidade tradicional. Os indivíduos podem ter preferências sobre a participação e a autonomia na tomada de decisão no ambiente de trabalho, no mercado e na política. Estas preferências vão além do resultado esperado. A utilidade, portanto, provém do processo propriamente dito (processual), além e independentemente do resultado do processo.

Dessa maneira, nossa análise empírica objetiva uma melhor compreensão do papel da liberdade econômica e política no bem-estar individual. A próxima seção do artigo discute o conceito de utilidade processual, base para nossa análise empírica, e em seguida revisamos a literatura. Passamos para uma breve descrição dos dados e exposição de nossa estratégia empírica. Por fim, mostramos nossos principais resultados e concluímos.

¹ Tradução do autor do termo em inglês *procedural utility*.

2. Utilidade Processual

Os indivíduos podem ter preferências sobre a participação e a autonomia na tomada de decisão no ambiente de trabalho, no mercado e na política. Estas preferências vão além do resultado esperado. Scitovsky (1976) sugere que a satisfação no trabalho é uma grande fonte de utilidade e que "... a diferença entre gostar e não gostar do trabalho pode ser mais importante que as diferenças na satisfação econômica geradas pelas disparidades na renda". A utilidade, portanto, provém do processo propriamente dito (processual), além e independentemente do resultado do processo.

A utilidade processual tem sido largamente negligenciada na teoria econômica. Na teoria dos jogos, por exemplo, os *pay-offs* são geralmente expressos em funções utilidade do tipo *von Neumann-Morgenstern*, que se refere somente a resultados. De fato, a barreira teórica de se incorporar processos como fonte de utilidade na teoria econômica não parece ser pequena. Harsanyi (1993) afirma que a utilidade processual é incompatível com a teoria da utilidade esperada. Rabin (1993) acredita que a utilidade processual certamente não pode ser analisada apenas transformando adequadamente os *pay-offs* de um jogo. A teoria tradicional exclui preocupações não-instrumentais do comportamento que afeta as escolhas pois, caso contrário, o axioma fundamental da monotonicidade seria violado, impedindo a utilização do modelo de utilidade esperada. Para ilustrar este problema, considere as preferências de um indivíduo por tomada de decisão autônoma. As pessoas podem valorizar mais uma tomada de decisão de forma autônoma do que delega-la, mesmo que seja esperado um retorno pior na média. Nesse caso, observar o comportamento individual e avaliá-lo a partir de uma perspectiva tradicional levaria necessariamente a uma representação inconsistente das preferências.

A utilidade processual pode ser derivada de fontes diversas. Segundo Frey e Stutzer (2005), podemos classificar-las em três grandes categorias:

(i) Utilidade Processual advinda das instituições propriamente ditas: as pessoas podem, por exemplo, apreciar o mercado pela liberdade que ele provém para a escolha individual e a democracia pela igualdade que ela provém no processo político-decisório. Dessa forma, as pessoas derivam utilidade ao viver e agir sob tais instituições, independentemente dos resultados atingidos.

(ii) Utilidade Processual advinda do comportamento individual (não-interativo), quando se tem uma atitude intrínseca frente uma ação ou processo de escolha. Em particular, este tipo de utilidade processual já foi utilizada pelos economistas para modelar a utilidade específica de jogos e apostas (Lê Menestrel 2001). Outros já haviam percebido o fato de que as pessoas derivam utilidade do simples ato de se envolver em certas atividades tais como jogos de azar e loterias (Marschak 1950, von Neumann e Morgenstern 1953 e Harsanyi 1993).

(iii) Utilidade processual advinda da interação entre pessoas. Por um lado, as pessoas podem derivar satisfação por serem justas e honestas com os outros, independentemente do resultado. Por outro lado, as pessoas avaliam as ações das outras pessoas não somente baseadas em suas conseqüências, mas também em suas intenções por trás de tais ações. Rabin (2002) vai direto ao ponto: "... players in games behave systematically differently as

a function of previous behavior by other players. This shows that people care not only about outcomes, but also how they arrived at those outcomes. The fact that preferences cannot be defined solely on outcomes can be reconciled with preference theory, but requires an expansion of the notion of what enters the utility function”.

3. Literatura

Apesar da literatura econômica sobre felicidade ainda ser comparativamente pequena, os economistas têm mostrado um interesse crescente na análise de dados de bem-estar subjetivo reportado. Desde 2000, mais de 150 artigos e inúmeros livros têm sido publicados usando dados de satisfação com a vida e bem-estar, de acordo com o *Econ Lit*² (Krueger e Schkade 2006). O ressurgimento recente do interesse dos economistas pelo estudo do bem-estar subjetivo tem como um de seus precursores Richard Easterlin (1974).

Existem diversos artigos na literatura econômica recente que fornecem evidências microeconômicas da relação entre felicidade e características sócio-econômicas, tais como: idade, renda, sexo, situação profissional, estado de saúde, número de filhos e estado civil. De maneira geral, tendem a ser mais felizes as mulheres, os mais ricos, indivíduos no início da vida adulta, casados, empregados, com bom estado de saúde (Corbi e Menezes-Filho 2006, Ng 1996 e 1997, Oswald 1997, Frey e Stutzer 2000). O efeito líquido da educação sobre o bem-estar ainda é conflitante. Blanchflower e Oswald (2004) e Schwarze e Winkelmann (2005) não encontram nenhuma relação significativa entre educação e felicidade após controlarem características individuais, de forma que os benefícios da educação se dão via sua relação com níveis maiores de renda, condição de saúde, participação política e outros. Por outro lado, Frey e Stutzer (2005) e Di Tella *et al.* (2003) sustentam esta correlação positiva, mesmo após incluir tais controles. Clark e Oswald (1996) encontram uma relação negativa, sugerindo que a educação traga maiores níveis de aspiração. Outros artigos nos últimos anos vêm estudando o papel das principais variáveis macroeconômicas como PIB, inflação e desemprego no bem-estar. Há evidências de que indivíduos que vivem em países ricos são, em média, mais felizes que aqueles de países mais pobres (Diener *et al.* 1995, Inglehart 1990 e Veenhoven 1994). Um interessante resultado é o encontrado por Di Tella *et al.* (2001) que, ao verificar que ambos os coeficientes do desemprego quanto o da inflação aparecem significantes e negativos, estimam o *trade-off* entre estas duas variáveis, isto é, os pesos relativos destas variáveis na função de Bem-Estar Social, que por sua vez servem como subsídio informacional para o Banco Central determinar o caminho desinflacionário ótimo de curto prazo.

Além dos trabalhos que estudam o papel da microeconomia e macroeconomia na felicidade, temos grupo de trabalhos que visam estudar a influência dos processos no bem-estar, independentemente dos resultados, que é onde se enquadra o presente artigo. Fazemos agora um breve discussão das idéias que associam liberdade e felicidade e da literatura disponível sobre o assunto. Em seguida, passamos à parte empírica do artigo.

² Exemplos proeminentes são Layard (2005), Blanchflower e Oswald (2004) e Frey e Stutzer (2002)

Liberdade e Felicidade

A revolução francesa de 1789 foi consequência direta das idéias iluministas, difundidas pelos intelectuais e pensadores dos séculos XVII e XVIII, tais como John Locke, Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Condorcet e o filósofo Emanuel Kant, que, em geral, asseguravam ser o homem vocacionado ao progresso e ao auto-aperfeiçoamento ético. Para eles a ordem social não é divina, mas sim construída pelos próprios homens e, portanto, sujeita a modificações. É possível, segundo o pensamento iluminista, por meio de um conjunto de reformas sociopolíticas, melhorar a situação jurídica e material de todos.

“*Liberté, Egalité et Fraternité*” era o credo da Revolução Francesa. Tal clamor tem ligações muito estreitas com o conceito de felicidade. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 lista os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem a fim de que “as reivindicações dos cidadãos, doravante fundadas em princípios simples e incontestáveis, estejam sempre voltadas para a preservação da Constituição e para a felicidade geral”. A visão clássica do iluminismo francês e europeu ainda permanece forte no pensamento humano, principalmente ocidental.

O análise do papel da liberdade na determinação da felicidade é controversa entre as diferentes correntes de pensamento. A filosofia individualista destaca os possíveis efeitos positivos da liberdade, assumindo que as pessoas sabem o que é melhor para si próprias de forma que eles serão mais felizes se puderem seguir seus próprios desejos. Os possíveis conflitos de interesse devem, então, ser resolvidos pela mão invisível do mercado, a qual produz resultados melhores que os atingidos pela figura do ditador ou pelos costumes. Mesmo não ignorando os perigos da livre escolha, esta corrente acredita na dominância de seus efeitos positivos. Por outro lado, o pensamento conservador enfatiza as consequências negativas da liberdade. Os conservadores duvidam da capacidade das pessoas de decidirem o que é melhor para elas. A sabedoria da tradição e os benefícios da solidariedade parecem trazer uma vida melhor do que o egoísmo míope. Os defensores desta corrente alegam que a liberdade individual foi longe demais, ameaçando a existência de instituições vitais para as sociedades. Como no caso da filosofia individualista, o outro lado da moeda é reconhecido, porém considerado menos relevante.

Outra questão mais próxima de um dos objetivos do presente trabalho é analisar os diferentes efeitos das diferentes dimensões da liberdade. A Nova Direita americana, por exemplo, vê com entusiasmo a liberdade econômica, porém é contrária a liberdade na esfera privada da vida. Sexo livre e a legalização de drogas leves são vistos como causadores de infelicidade. Da mesma maneira, a visão recente predominante no sudeste asiático acredita na liberdade econômica como provedora de felicidade, mas não a liberdade política. Veenhoven (2000) encontra um resultado misto, porém com certo apelo intuitivo: segundo ele, a liberdade econômica parece ser importante para o bem-estar especialmente em países pobres, enquanto a liberdade política aparece associada à felicidade em países com maior grau de desenvolvimento. Por fim, temos um último tema na discussão que é a questão de se a liberdade contribuiria para a felicidade apenas sob condições específicas. Uma condição, por exemplo, poderia ser o nível de maturidade das pessoas. Caso incapazes de realizarem suas próprias escolhas, as pessoas negariam a liberdade e buscariam refúgio sob líderes autoritários e estritas regras de conduta de vida.

O conceito de liberdade utilizado neste trabalho é o mesmo utilizado por Veenhoven (2000), o qual diz que *liberdade* pode ser definida como a *possibilidade de escolha*. Uma pessoa pode ser dita livre se sua condição lhe permite alguma escolha e este escolha não é

inibida por outros. Neste sentido, a liberdade absoluta não é possível. A própria condição humana nos fornece apenas uma quantidade limitada de opções. Não podemos escolher poder voar ou simplesmente deixar de dormir; não podemos nem ao menos escolher vivermos totalmente sozinhos, de forma que a dependência mútua implica num alto grau de interferência. O foco aqui é, então, no nível de limitação imposto sobre as escolhas. As restrições à escolha são melhores medidas ao considerarmos diferentes esferas da vida separadamente. Desta maneira, seguimos a classificação proposta por Veenhoven (2000) que separa a liberdade em dois tipos distintos³: a *Liberdade Econômica* e a *Liberdade Política*. Apesar de estas dimensões não constituírem o todo, elas provavelmente cobrem muito da noção de liberdade.

A *Liberdade Econômica* significa oportunidade de trocas de bens e serviços, sem restrições sobre livre comércio tais como controle de preços, taxação excessiva, instabilidade monetária, violação dos direitos de propriedade e outros. Um mercado livre é caracterizado por transações voluntárias entre indivíduos que podem perseguir livremente seus objetivos econômicos. Consideramos como ingredientes chave para a liberdade econômica: escolha pessoal, troca voluntária, livre concorrência, e proteção à pessoa e à propriedade. Os tipos de política e instituições consideradas consistentes com a liberdade econômica devem proporcionar uma infra-estrutura para a troca voluntária e proteção aos indivíduos e suas propriedades contra agressores que se valem de violência, coerção e fraude para tomar o que não lhes pertence (Gwartney, James e Lawson, 2004). Da mesma maneira, os governos promovem a liberdade econômica quando provêm uma estrutura legal e um sistema judiciário e fiscalizatório que protege os direitos de propriedade e garante o cumprimento dos contratos de maneiras eficiente. Além disso, eles também promovem a liberdade ao facilitar acesso a uma moeda sadia. Por outro lado, as políticas governamentais que interferem com esses temas acabam por inibir a liberdade econômica. Por exemplo, quando temos impostos, gastos do governo e regulações substituindo trocas individuais e voluntárias e coordenação de mercado, o resultado é fatalmente uma redução na liberdade econômica. Ela pode também ser afetada por restrições que limitam a entrada de novos agentes nos mercados.

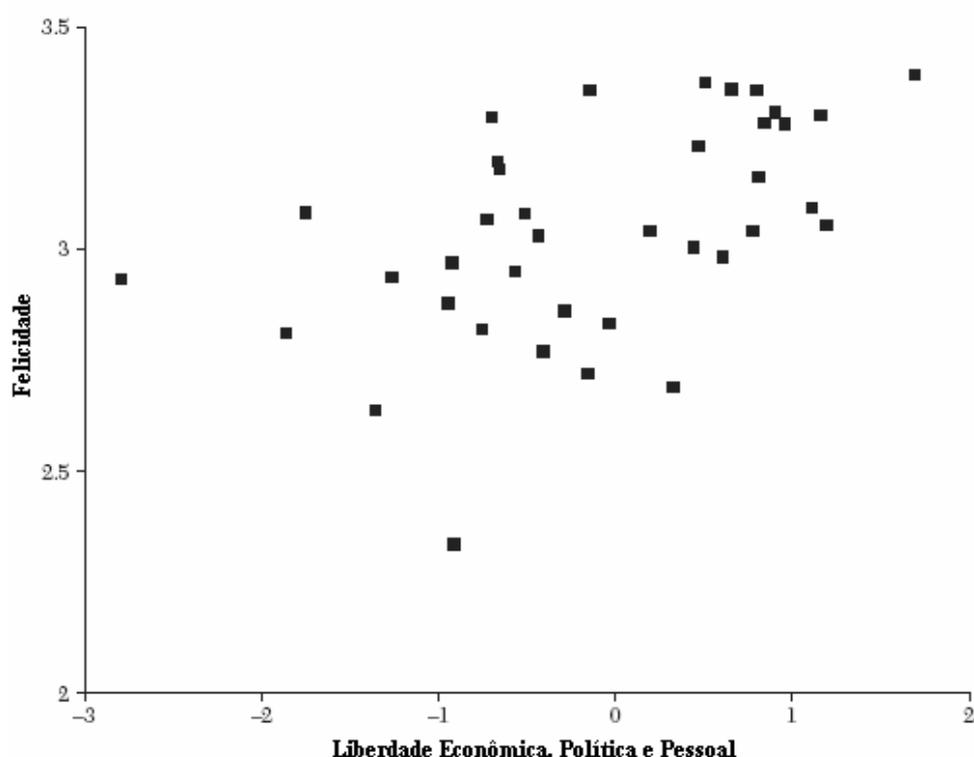
A *Liberdade Política* significa ausência da coerção arbitrária pelo poder, incluindo o poder exercido pelo governo, e consiste basicamente em dois elementos: direitos políticos e liberdades civis. Os direitos políticos permitem às pessoas escolherem seus governantes e a forma como são governadas. A essência das liberdades civis é que as pessoas sejam livres para tomar suas próprias decisões, desde que não violem os direitos das outras. A Liberdade Econômica e as liberdades civis são claramente conectadas. Uma sociedade que não goza de liberdades civis completas dificilmente sustentará um mercado privado livre, pois ambos são amparados pelos mesmos princípios de ausência de coerção. Entretanto, as relações entre ambas são complexas: “History suggests only that capitalism is a necessary condition for political freedom. Clearly it is not a sufficient condition” (Friedman, 1962: 10).

Evidências da associação entre a liberdade política e econômica e a felicidade já foram encontradas por Veenhoven (2000). O autor defende a idéia que as pessoas que vivem em ambientes onde prevalece a liberdade (política, econômica e privada) tendem a ser mais felizes na média. Para ilustrar tal resultado, o Frey e Stutzer (2002a) apresentam o

³ Na verdade, Veenhoven separa a liberdade em liberdade política, econômica e privada, que consiste nas restrições que encontramos na esfera privada da vida. Devido à falta de medidas objetivas e comparáveis desta dimensão da liberdade, nosso foco se concentra nas outras duas dimensões.

seguinte gráfico acima com dados de 46 nações na década de 90, na qual no eixo horizontal temos uma medida combinada de liberdade (capacidade + oportunidade) e no eixo vertical temos uma medida de felicidade que varia entre 1 a 4. Apesar de um aparente associação entre felicidade e liberdade, esta associação pode ser espúria, segundo o autor, porque as nações mais livres e felizes são tipicamente também as mais ricas. De fato, ao controlar pela renda agregada, as correlações positivas encontradas entre liberdade política e felicidade se tornam insignificantes, enquanto as correlações entre liberdade econômica e felicidade se mantêm positivas.

GRÁFICO 1 – Liberdade e Felicidade



Fonte: Frey e Stutzer (2002)

4. Dados e Metodologia

Este trabalho analisa medidas de bem-estar subjetivo retiradas das primeiras quatro edições da WVS - *World Values Survey* (Inglehart *et al.* 2000). A primeira edição foi realizada em 1981-84, a segunda em 1989-93, a terceira em 1994-99 e a quarta em 1999-2003. Apesar de cada edição abranger um grupo diferente de países, há sobreposição suficiente para tirarmos algumas conclusões sobre as causas e o tamanho das diferenças interpessoais e internacionais de bem-estar. A primeira edição da WVS apresenta dados de 21 países industrializados, todos eles membros da OCDE (exceto Malta e Argentina). A

segunda, a terceira e a quarta edição expandem a amostra para 42, 54 e 69 países, respectivamente, apesar de excluírem alguns dos países presentes nas edições anteriores. O aumento no número de países se dá especialmente pela inclusão de países do antigo bloco socialista, da América Latina, Ásia e África. O fato de termos um painel não balanceado de países pode gerar preocupação devido a poucos graus de liberdade para nossa estimação. De fato, a grande maioria dos países somente aparece na amostra em dois ou três anos distintos, o que torna inviável a estimação dos parâmetros para variáveis macroeconômicas e, ao mesmo tempo, coeficientes de efeito fixo específico para cada país. Para reduzir o número de variáveis de efeito-fixo e permitir um maior número de graus de liberdade nas estimações dos efeitos das variáveis de nível nacional, os países são divididos em 7 grupos⁴. O grupo DESENV inclui os países desenvolvidos da Europa Ocidental, América do Norte, Oceania e Japão. Os outros grupos são: o grupo EX-URSS que representa os países pertencentes à ex-União Soviética, o grupo EX-SOC dos países ex-socialistas da Europa Oriental, o grupo AMLAT com países da América Latina, o grupo ASIA com países Asiáticos, o grupo AFRICA com países africanos e do Oriente Médio e, finalmente, o grupo ESCAND com os países escandinavos. Testes confirmam que este agrupamento combina países com valores relativamente próximos de bem-estar (Helliwell 2002).

A satisfação com a vida é captada na *WVS* através da pergunta: “Considerando todas as coisas, quão satisfeito você está com sua vida atualmente?”. A resposta é dada numa escala de um (insatisfeito) a dez (satisfeito). Obviamente existem inúmeras variáveis relevantes na determinação do bem-estar entre países o que impossibilita encontrar respostas absolutamente definitivas, mas o tamanho de nossa amostra é grande o suficiente (totalizando 174.754 observações individuais em 74 países e 184 pares país-ano) para permitir a análise de alguns fatores macroeconômicos centrais de maneira consistente.

Na Tabela 1, podemos ver a felicidade média para todos os países de nossa mostra. Dentre os 15 países com maiores médias de felicidade, temos 10 países do norte europeu (Dinamarca, Suíça, Islândia, Irlanda, Áustria, Suécia, Luxemburgo, Finlândia, Holanda e Noruega), mais Canadá, Malta e Nova Zelândia. A surpresa fica por conta dos dois primeiros colocados, ambos da América Latina: Porto Rico e Colômbia. Notoriamente, os países mais infelizes são, em sua maioria, do Leste Europeu (Ucrânia, Moldávia, Armênia, Geórgia, Albânia, Bulgária) e África (Tanzânia e Zimbábue). Nota-se também que nos grupos com maiores médias (ESCAND, AMLAT, DESENV), também encontram-se os menores níveis de dispersão do nível de felicidade entre os indivíduos.

Os dados macroeconômicos utilizados neste trabalho são foram todos extraídos do CD-ROM do *World Development Indicators*, uma publicação anual do Banco Mundial que reúne mais de 900 variáveis sobre 152 nações. As variáveis utilizadas são: (i) PIB *per capita* em US\$ do ano 2000, (ii) a inflação dos preços ao consumidor em porcentagem e (iii) a taxa de desemprego total em porcentagem. O fato do PIB *per capita* ser medido em US\$ do ano 2000 nos permite fazer comparações entre países e anos diferentes.

⁴ Esta estratégia foi anteriormente adotada em Helliwell (2002)

TABELA 1 – Satisfação média com a vida* por grupo de países

DESENV	média	desvio	EX-SOC	média	desvio	EX-URSS	média	desvio
Austrália	7,70	1,84	Albânia	4,97	2,05	Azerbaijão	5,39	2,29
Áustria	7,95	1,88	Bósnia	5,61	2,31	Armênia	4,32	2,37
Bélgica	7,50	1,96	Bulgária	5,06	2,47	Bielo-Rúss	4,75	2,26
Canadá	7,85	1,79	Croácia	6,41	2,22	Quirjistão	6,48	2,57
França	6,85	2,02	Rep. Tcheca	6,75	2,09	Moldávia	4,14	2,39
Alemanha	7,12	1,94	Estônia	5,64	2,24	Rússia	4,80	2,53
Irlanda	7,96	1,89	Hungria	6,26	2,45	Total	4,81	2,49
Itália	7,09	2,21	Letônia	5,25	2,36	ÁFRICA	média	desvio
Japão	6,55	1,89	Lituânia	5,40	2,58	Argélia	5,67	2,86
Malta	8,16	1,78	Polônia	6,44	2,38	Marrocos	6,06	2,54
Holanda	7,78	1,52	Romênia	5,30	2,57	Nigéria	6,70	2,50
Nova Zel.	7,70	2,03	Eslováquia	6,27	2,32	África Sul	6,36	2,73
Portugal	7,05	2,06	Eslovênia	6,66	2,20	Zimbábue	3,95	2,79
Espanha	6,93	1,95	Ucrânia	4,14	2,40	Uganda	5,65	2,47
Suíça	8,20	1,79	Macedônia	5,40	2,49	Egito	5,36	3,35
Grã-Bretanha	7,61	1,90	Sérvia	5,64	2,42	Total	6,09	2,83
EUA	7,68	1,91	Total	5,78	2,46	ESCAND	média	Desvio
Total	7,40	1,98	ÁSIA	média	desvio	Dinamarca	8,21	1,85
AmLAT	média	desvio	Bangladesh	6,09	2,24	Finlândia	7,79	1,67
Argentina	7,08	2,20	China	6,88	2,30	Islândia	8,05	1,60
Brasil	7,28	2,52	Índia	6,16	2,48	Noruega	7,74	1,83
Chile	7,24	2,19	Indonésia	6,96	2,06	Suécia	7,85	1,79
Colômbia	8,31	2,00	Iran	6,38	2,41	Total	7,92	1,77
Rep. Dom.	7,13	2,47	Jordânia	5,60	2,50			
El Salvador	7,50	2,43	Coréia Sul	6,14	2,35			
México	7,67	2,23	Paquistão	4,85	1,46			
Peru	6,41	2,41	Filipinas	6,75	2,44			
Porto Rico	8,25	2,13	Vietnã	6,52	2,06			
Uruguai	7,13	2,28	Turquia	5,87	2,70			
Venezuela	7,12	2,79	Tanzânia	3,87	3,22			
Total	7,48	2,35	Total	6,22	2,50			

*Nível de Satisfação com a vida varia de 1 a 10

Liberdade Econômica

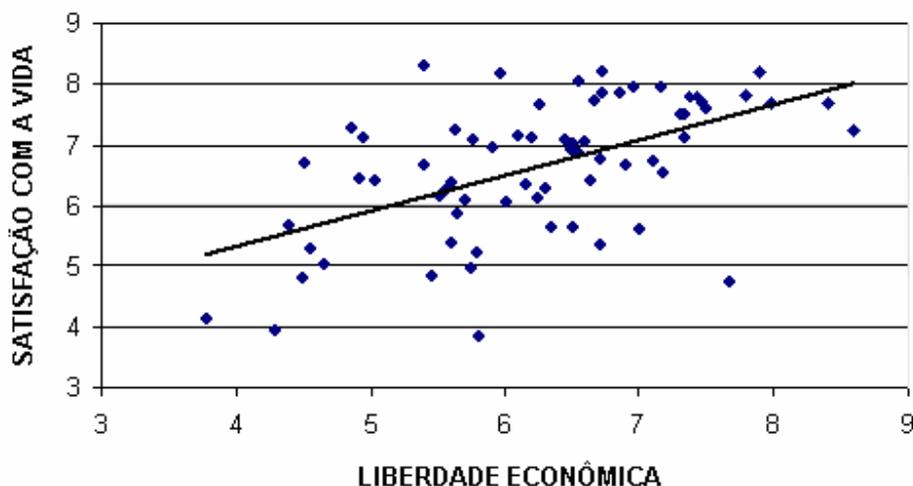
Desde o início da década de 90, pode ser observado um esforço muito grande para se desenvolver medidas confiáveis de liberdade econômica. Muitos acadêmicos renomados, incluindo ganhadores do Prêmio Nobel como Milton Friedman, Douglass North e Gary Becker, se voltaram a esse tema e deram contribuições essenciais a área. Este trabalho

culminou com o estabelecimento de alguns índices objetivos de liberdade econômica, com destaque para o *Fraser Institute Index* (FI), que tem a intenção de ranquear os países de acordo com seu nível de liberdade econômica num particular ano baseados em pontuações advindas de uma série de fatores econômicos e institucionais relevantes. O índice de liberdade econômica do Fraser Institute é composto por cinco subcomponentes: 1) *Tamanho do governo*, 2) *Estrutura legal e proteção dos direitos de propriedade*, 3) *Acesso à moeda estável*, 4) *Liberdade de comércio exterior* e 5) *Regulação dos mercados*.

Nossos dados de liberdade econômica compreendem 182 pares país-ano, cobrindo quase que a totalidade dos 184 pares país-ano existentes em nossa base amostral. Quanto maior a pontuação (numa escala de 0 a 10), mais próximo de um ambiente econômico verdadeiramente livre está o país. Nova Zelândia, EUA e Suíça ocupam as primeiras três posições do ranqueamento. As outras nações que completam as dez primeiras posições são: Suíça, Luxemburgo, Canadá, Reino Unido, Austrália, Finlândia, Holanda, Alemanha e Bélgica. As nações no fim da lista são da Europa Oriental (Ucrânia, Rússia, Romênia, Bulgária e Polônia), África (Zimbábue, Argélia e Nigéria) e América Latina (Brasil e Venezuela). De fato, as nações menos economicamente livres no mundo são, em sua grande maioria, nações africanas.

Com o objetivo de ilustração, foi construído o Gráfico 2, que plota o índice de liberdade econômica contra a média de satisfação com a vida para os países da amostra. Imediatamente nota-se uma clara relação aparente positiva entre felicidade e liberdade econômica. Países com que gozam de ambientes de negócios mais favoráveis costumam apresentar maiores médias de satisfação reportada com a vida (ambas variáveis estão numa escala de 1 a 10). De fato, países com altos índices de liberdade econômica como Suíça, Irlanda, Áustria, Canadá, Nova Zelândia e outros também apresentam altos níveis de felicidade, e os países mais infelizes costumam apresentar baixos índices de liberdade econômica, tais como: Tanzânia, Letônia, Zimbábue, Ucrânia e Rússia. Entretanto, essa correlação pode, na verdade, representar uma relação espúria entre as variáveis, pois há uma grande relação positiva entre produto *per capita* e liberdade econômica (Corbi 2007) Podemos ter o caso no qual, ao excluirmos o efeito da renda desta correlação, o efeito sobre a felicidade desapareça. Esta hipótese será testada na seção econométrica deste trabalho.

GRÁFICO 2 – Liberdade Econômica e Satisfação com a Vida



Liberdade Política

A principal medida objetiva existente para tais restrições é a idealizada pela *Freedom House*, um grupo de pressão liberalista que pode ser comparado a Anistia Internacional. Através de uma metodologia objetiva e rigorosa para o monitoramento a liberdade, a *Freedom House* publica anualmente uma série de relatórios a respeito da evolução da liberdade e democracia no mundo. Desde 1972, esta instituição publica anualmente o relatório *Freedom in the World*, uma avaliação do nível dos direitos políticos e liberdades individuais em mais de 190 países. Cada país recebe dois tipos distintos de pontuação - uma para direitos políticos, tais como o direito de votar em eleições livres, competir por cargos públicos, tornar-se membro de organizações e partidos políticos; e outro para liberdades civis, tais como liberdade de expressão e crença, direito de associação e autonomia pessoal sem interferência do estado. É importante destacar que a metodologia da *Freedom House* é baseada em larga escala da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de forma a minimizar o viés cultural ao definir o conceito de liberdade em foco.

O processo de avaliação é baseado numa lista de dez perguntas sobre direitos políticos e quinze sobre liberdades civis. As perguntas dos direitos políticos são agrupadas em três subcategorias: Processo eleitoral (3 perguntas), Pluralismo Político e Participação (4 perguntas) e Funcionamento do Governo (3 perguntas). As perguntas das liberdades civis são agrupadas em quatro subcategorias: Liberdade de Expressão e Crença (4 perguntas), Direitos de Organização e Associação (3 perguntas), Juízo de Direito (4 perguntas) e Autonomia pessoal e Direitos Individuais (4 perguntas). A *Freedom House* não iguala direitos constitucionais com a existência real destes direitos, de forma que apesar de considerar tanto as práticas legais quanto as práticas da vida real na pontuação, uma maior importância seja dada à última. As pontuações derivadas das respostas são somadas de forma a se criar dois índices: um índice de direitos políticos e um índice de liberdades individuais, ambos variando *discretamente* de 1 (baixo nível de liberdade) a 10 (alto de liberdade)⁵. Os dados indicam que estas duas dimensões da liberdade política são muito correlacionadas e tendem sempre a aparecer juntas. Sem uma sociedade civil bem desenvolvida, é difícil ter um ambiente de apoio aos direitos políticos e vice-versa. Os dados dão suporte a essa idéia. Os índices de liberdades civis e direitos políticos dos países de nossa amostra apresentam correlação de 0,93. O índice geral de Liberdade Política é a média dos índices citados.

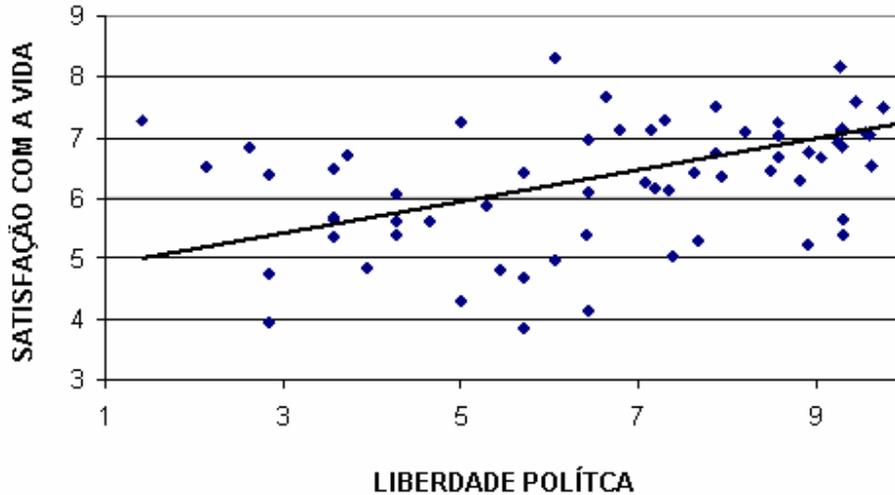
O Gráfico 3, semelhante ao Gráfico 2, plota o índice de liberdade política e a média de satisfação com a vida para os países de nossa amostra. Observamos também uma relação positiva, entretanto menos bem definida, entre felicidade e liberdade política (ambas variáveis estão numa escala de 1 a 10). Por um lado, esta relação parecer ser muito clara para os países felizes – dentre as 20 nações mais felizes, temos para 18 delas a pontuação máxima em liberdade política. Entretanto, muitos das nações infelizes apresentam pontuações relativamente altas de liberdade política, especialmente as que sofrem ou sofreram recentemente a transição de socialismo para capitalismo, tais como: Ucrânia, Moldávia, Geórgia, Rússia, Bulgária, Letônia e Romênia. Aqui, novamente, vale a

⁵ Na verdade, essas pontuações originalmente variam de 1 (muita liberdade) e 7 (pouca de liberdade). As pontuações originais (PO) foram transformadas em novas pontuações (NP) na escala de 1 (pouca liberdade) a

10 (muita liberdade), a partir da seguinte fórmula: $NP = (8 - PO) \times \frac{10}{7} \times \frac{9}{8,6} - 0,5$

ressalva da possível correlação espúria entre liberdade política e felicidade, devido ao produto *per capita*.

GRÁFICO 3 – Liberdade Política e Satisfação com a Vida



Metodologia

Com o objetivo de medir os custos das flutuações econômicas, começaremos por examinar a questão de como o produto *per capita* afeta o nível de bem-estar reportado. Uma questão fundamental é o papel dos grupos de referência, isto é, a possibilidade de que indivíduos se importem com sua posição relativa em relação aos outros cidadãos, e não somente apenas com o nível absoluto de renda. (ver Easterlin 1974). Dessa forma, estimaremos uma regressão que controla para, primeiramente, o decil de renda ao qual o entrevistado pertence e, segundo, ao PIB *per capita*. Os parâmetros-chave de interesse são os coeficientes α e β referente às variáveis de liberdade política e econômica nas equações da felicidade descritas como:

$$F_{jit} = \alpha LE_{it} + \theta_k PESSOAL_{jit} + \varpi_m MACRO_{it} + \sum_{p=1}^P \mu_p + \sum_{y=1}^Y \lambda_y + \varepsilon_i \quad (1)$$

$$F_{jit} = \beta LP_{it} + \theta_k PESSOAL_{jit} + \varpi_m MACRO_{it} + \sum_{p=1}^P \mu_p + \sum_{y=1}^Y \lambda_y + \varepsilon_i \quad (2)$$

onde F_{jit} é o nível de satisfação com a vida reportado pelo indivíduo j , no ano t e país i , e PIB_{it} é PIB *per capita* neste mesmo país. $PESSOAL_{jit}$ é um vetor de K características pessoais dos respondentes, que inclui o decil de renda, sexo, estado civil, se empregado ou não, idade e número de filhos e $Macro_{it}$ é um vetor de controles macroeconômicos. A base

de dados não contém as rendas dos indivíduos, somente a informação de que decil da distribuição de renda ele pertence.

Também incluiremos *dummies* μ para grupos de países como definido na seção de descrição dos dados e *dummies* λ de ano. A primeira tem a função de capturar as influências institucionais e culturais sobre a felicidade dentro dos países de um mesmo grupo, e a segunda controla para choques globais comuns a todos os países que possam acontecer em determinado ano. Os dados são feitos de uma série de cross-sections, logo não podemos incluir uma variável que controle para efeitos fixos individuais. Alternativamente, testaremos os subcomponentes dos índices de liberdade econômica e política separadamente de forma a identificar quais dimensões de cada tipo de liberdade é mais importante na determinação do bem-estar.

Os parâmetros relativos a cada variável explicativa são estimados por Probit Ordenado, dada a natureza ordinal dos dados, através do uso de uma função microeconômica da felicidade. Esse modelo, que já vem sendo utilizado com sucesso em diversos estudos neste campo, nos permite analisar cada fator determinante do bem-estar subjetivo separadamente.

O método de Probit ordenado é uma ferramenta eficiente para modelarmos fenômenos cuja variável dependente seja discreta e qualitativa. Ao contrário da maior parte dos trabalhos empíricos recentes em economia, que utilizam modelos econométricos binomiais, o modelo de Probit ordenado é um modelo multinomial e sua variável dependente assume valores que estabelecem certo ordenamento dos dados, não de forma linear, mas sim de forma a ranquear os possíveis resultados. A diferença entre a regressão linear e o ranqueamento é, apesar de aparentemente sutil, de grande importância para a escolha de nosso método de estimação. Uma regressão ordinária, neste caso, fatalmente pecaria ao não considerar a natureza ordinal da variável dependente.

Uma dificuldade reside na dificuldade de interpretação dos coeficientes deste modelo. Por um lado, sabemos que o efeito marginal de x apresenta o mesmo sinal que o coeficiente β_x quando $F=10$, e analogamente, sinal oposto quando $F=1$. Por outro lado, para valores intermediários de F , essa relação é ambígua. Além disso, a magnitude dos coeficientes não equivale à magnitude dos efeitos marginais. A conclusão é que devemos ser cuidadosos ao interpretar os coeficientes deste modelo. De fato, sem uma grande quantidade de cálculos extras, não podemos dizer como os coeficientes do modelo de Probit Ordenado devem ser interpretados. Dessa forma, além dos efeitos marginais calculados, propomos apresentar os efeitos marginais em termos gráficos. Para isso, encontramos as probabilidades previstas médias, calculadas a partir da média das probabilidades individuais:

$$\bar{P}_j = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^N \hat{P}_j$$

sendo que \hat{P}_j é calculada para cada indivíduo, usando os valores observados dos regressores. Para calcular os efeitos marginais de um regressor X_p , nós fixamos as outras variáveis em seus valores observados e imputamos vários valores para X_p dentro da amplitude amostral:

$$\{\bar{P}_j | x_p = x_{p,\min}, \bar{P}_j | x_p = x_{p,z}, \dots, \bar{P}_j | x_p = x_{p,\max}\}$$

Finalmente, fazemos uma análise gráfica relacionando \bar{P}_j como função de $x_{p,z}$.

5. Resultados

Os padrões microeconômicos⁶ estimados em nossas regressões microeconômicas são compatíveis com a literatura internacional de felicidade. De fato, indivíduos do sexo feminino, com renda mais elevada, empregados, casados e com bom estado de saúde tendem a ser mais felizes, na média. A evolução dos níveis de felicidade também apresenta um padrão convexo conhecido, decaindo a taxas decrescentes partir dos 20 anos e invertendo a tendência aproximadamente aos 50 anos, assim como aquele encontrado por Corbi e Menezes-Filho (2006) e Helliwell (2002).

A análise descritiva dos dados apresentada na seção 4 oferece evidências claras da existência da utilidade processual⁷ derivada da Liberdade Econômica (LE) e Liberdade Política (LP). Uma análise microeconômica poderá nos trazer indícios de que este resultado é robusto e sobrevive a testes mais sofisticados. Utilizamos nossa estratégia de regredir a variável de satisfação com a vida (ou felicidade) contra a variável de interesse (liberdade), controlando pelas características individuais socioeconômicas e também por outras variáveis macroeconômicas e *dummies* regionais de modo a isolar o efeito da liberdade sobre o bem-estar.

A partir de nosso modelo de Probit Ordenado, que se faz necessário devido à natureza ordinal da variável dependente, calculamos os efeitos marginais apresentados na Tabela 2. Iniciamos a análise com a especificação I que inclui apenas o índice de LE e os controles microeconômicos. O coeficiente 0,0342 da LE é positivo e estatisticamente significativo. Isso significa que um aumento marginal de uma unidade no índice de LE aumenta a probabilidade de ser muito satisfeito com a vida em 3,42 pontos percentuais. Esse efeito é de grande magnitude. Ao incluirmos as *dummies* temporais e regionais este efeito se mantém positivo e significativo, se reduzindo, porém, em dois terço. Mesmo com tal redução, o efeito capturado da utilidade processual é de grandeza considerável. Ao considerarmos a variação máxima existente na amostra de 5,2 pontos, isto é, quando os cidadãos da Ucrânia em 1996 (com o menor índice de LE igual a 3,4) são comparados, *ceteris paribus*, aos cidadãos dos EUA em 1999 (com o maior índice igual a 8,6), vemos que o efeito de tal variação da LE é equivalente em termos de bem-estar a um aumento da renda individual do último decil para o sexto decil. Já na especificação III, incluímos os controles macroeconômicos. Tanto a inflação, quanto o desemprego e o PIB *per capita* entram com os sinais esperados e iguais aos das regressões anteriores. O coeficiente da LE continua positivo, porém torna-se insignificante. A especificação IV inclui um termo

⁶ Os coeficientes e efeitos marginais das variáveis microeconômicas não são mostrados aqui pelo simples motivo de economia de espaço. As tabelas serão disponibilizadas caso requerido.

⁷ Tradução do autor do termo em inglês “*procedural utility*”. Enquanto a teoria econômica tradicional afirma que os indivíduos derivam utilidade somente dos resultados, a teoria da utilidade processual argumenta que as pessoas se importam com os processos e condições que levam a estes resultados, tais como processos políticos e suas instituições.

quadrático. Os coeficientes indicam a ocorrência de um fato interessante: a LE tem um efeito convexo bem definido sobre o bem-estar, isto é, a baixos níveis de liberdade o efeito marginal é negativo. Porém, a partir de níveis intermediários, por volta de 5 numa escala de 1 a 10, incrementos na LE parecem ter efeitos marginais positivos e crescentes.

TABELA 2 – Liberdade Econômica e Felicidade

VARIÁVEL	I	II	III	IV	V	VI
Liberdade Econ.	0,034** (0,0006)	0,012** (0,0010)	0,0022 (0,0014)	-0,0426** (0,0069)	-0,0127** (0,0017)	-
Liberdade Econ.	-	-	-	0,0037** (0,0006)	-	-
PIB _{pc} x LE	-	-	-	-	0,0018** (0,0001)	-
Área 1	-	-	-	-	-	-0,0105** (0,0010)
Área 2	-	-	-	-	-	-0,0089** (0,0013)
Área 3	-	-	-	-	-	-0,0068** (0,0007)
Área 4	-	-	-	-	-	0,0122** (0,0009)
Área 5	-	-	-	-	-	0,0144** (0,0015)
PIB _{pc}	-	-	0,0053** (0,0005)	0,0056** (0,0005)	-0,0052** (0,0008)	0,0050** (0,0006)
PIB _{pc} ²	-	-	-0,0001** (0,0000)	-0,0001** (0,0000)	-0,0002** (0,0000)	-0,0001** (0,0000)
Desemprego	-	-	-0,3429** (0,0429)	-0,3255** (0,0430)	-0,3850** (0,0430)	-0,4017** (0,0434)
Desemprego ²	-	-	1,3905** (0,1537)	1,3922** (0,1537)	1,6026** (0,1547)	1,1066** (0,1555)
Inflação	-	-	-0,0220** (0,0047)	-0,0344** (0,0051)	-0,0416** (0,0049)	-0,0798** (0,0061)
Inflação ²	-	-	0,0017** (0,0005)	0,0029** (0,0005)	0,0035** (0,0005)	0,0072** (0,0006)
OBSERVAÇÕES	110378	110378	110378	110378	110378	110378
DUMMY ANO	-	X	X	X	X	X
DUMMY GRUPO	-	X	X	X	X	X
CONTROLES MICRO	X	X	X	X	X	X

Efeitos Marginais calculados a partir do modelo de Probit Ordenado. Variável dependente é a satisfação com a vida, que varia de 1 a 10. As variáveis area1-area5 são os subcomponentes do índice de Liberdade Econômica. Os desvios-padrão são robustos. *significante a 5% **significante a 1%

Ao passarmos para a especificação V, vemos a inclusão de um termo de interação entre PIB *per capita* e o índice de LE. O coeficiente da LE torna-se negativo da ordem de -0,0127 e o coeficiente da variável de interação é 0,0018. A correta interpretação das estimativas, neste caso, é que os ganhos em termos de bem-estar advindos da utilidade processual somente aparecem a partir de um nível mínimo de desenvolvimento econômico,

por volta dos US\$7.000 dólares *per capita*. Cabe aqui um esclarecimento: os resultados aqui discutidos valem *ceteris paribus*, isto é, independem do impacto do aumento do crescimento econômico, já estabelecido pela literatura especializada, causado pelo aumento dos níveis de Liberdade Econômica. Eles indicam que os aumentos nos níveis da LE geram ganhos diretos de bem-estar através da utilidade processual quando os países passam de um estágio inicial de desenvolvimento, além dos ganhos indiretos via desenvolvimento econômico.

Por fim, a análise do efeito de cada subcomponente do índice de LE sobre o bem-estar traz resultados intrigantes. Na especificação VI, incluímos as variáveis referentes a cada um dos cinco componentes do índice de liberdade econômica, controlando para PIB_{pc}, desemprego e inflação. Os coeficientes associadas às Áreas 1 (Tamanho do Governo: Gastos, Impostos e Empresas Estatais), Área 2 (Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade) e Área 3 (Acesso à moeda estável) aparecem com sinal negativo, indicando que governos com pequena participação na economia e a segurança dos direitos de propriedade trazem perdas de bem-estar a população. Por outro lado, as Áreas 4 (Abertura Comercial) e 5 (Regulação do Mercado de Crédito, Trabalho e Empresas) apresentam coeficientes positivos, significantes e de maior magnitude de que os três primeiros. Os controles macroeconômicos exibem coeficientes significantes e de sinais e magnitudes condizentes com a literatura (ver Di Tella *et al.* 2003). De fato, é fácil compreendermos que uma maior abertura comercial aumenta a variedade de produtos numa economia e tenda a aumentar a concorrência e baixar preços, aumentando o bem-estar dos consumidores. Da mesma maneira, uma menor regulação dos mercados deve facilitar e diminuir os custos das transações econômicas de uma maneira geral, gerando ganhos de bem-estar.

Uma possível explicação para o sinal negativo da Área 1 (Tamanho do Governo) está no fato de que Estados maiores tendem a oferecer mais serviços que constituem redes de proteção social que podem aumentar a percepção de segurança das pessoas, entretanto isto não passa de especulação. A interpretação dos impactos negativos associados às Áreas 2 e 3 não nos parece clara no momento e deve ser melhor estudada em estudos futuros, quando mais dados estiverem disponíveis.

Partimos então para a análise da associação entre Liberdade Política e felicidade. Os coeficientes apresentados na Tabela 3, similar à Tabela 2, sugerem uma relação parecida com a verificada no caso da Liberdade Econômica. Novamente, os coeficientes das especificações I e II mostram uma associação positiva e significativa entre LP e felicidade. Este sinal torna-se negativo ao incluirmos os controles macroeconômicos, porém deixa de ser significativo. As especificações V e VI indicam um padrão similar à Liberdade Econômica. A Liberdade Política apresenta um efeito convexo bem definido sobre o bem-estar, sendo que, a partir de níveis intermediários (por volta de 6 numa escala de 1 a 10), incrementos na LP parecem ter efeitos marginais positivos e crescentes (vide Gráfico 14). Da mesma maneira, a inclusão de um termo de interação entre PIB *per capita* e o índice de LP indica que os ganhos em termos de bem-estar advindos da utilidade processual somente aparecem a partir de US\$3.000 dólares *per capita*, valor abaixo do verificado para a LE. Esse efeito pode ser visto mais claramente no Gráfico 14 que traz a média das probabilidades previstas de máxima satisfação com a vida acordo com diferentes níveis de LE e LP.

GRÁFICO 14 – Liberdade Econômica, Liberdade Política e Felicidade

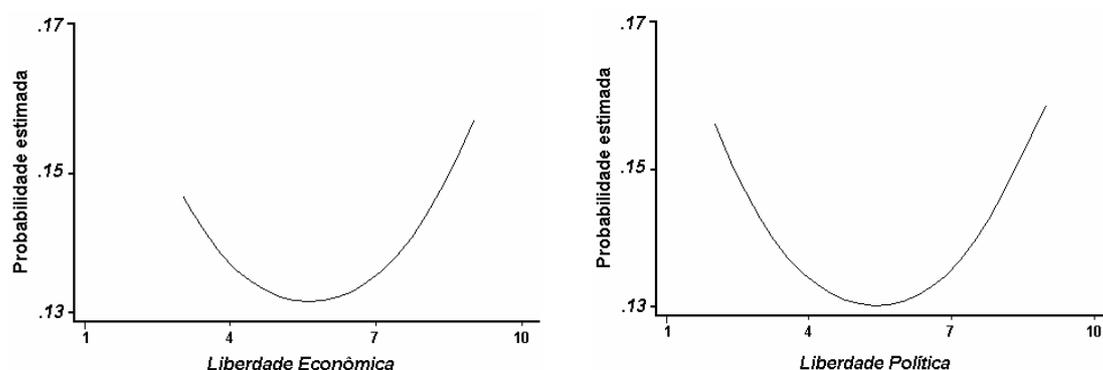


TABELA 3 – Liberdade Política e Felicidade

VARIAVEL	I	II	III	IV	V	VII
Liberdade Política	0,0123** (0,0003)	0,003** (0,0005)	-0,0021 (0,0050)	-0,0165** (0,0018)	-0,0040** (0,0006)	-
Liberdade Política ²	-	-	-	0,0013 (0,0001)	-	-
PIB _{pc} x LP	-	-	-	-	0,0012** (0,0001)	-
Liberdades Civis	-	-	-	-	-	-0,0077** (0,0010)
Direito Políticos	-	-	-	-	-	0,0037** (0,0007)
PIB _{pc}	-	-	0,0066** (0,0005)	0,0056** (0,0005)	-0,0044** (0,0011)	0,0075** (0,0005)
PIB _{pc} ²	-	-	-0,0002** (0,0000)	-0,0001** (0,0000)	-0,0002** (0,0000)	-0,0002** (0,0000)
Desemprego	-	-	-0,3806** (0,0437)	-0,3491** (0,0440)	-0,3533** (0,0438)	-0,4103** (0,0439)
Desemprego ²	-	-	1,5818** (0,1616)	1,3938** (0,1628)	1,5826** (0,1615)	1,6132** (0,1617)
Inflação	-	-	-0,0285** (0,0041)	-0,0229** (0,0042)	-0,0238** (0,0042)	-0,0383** (0,0043)
Inflação ²	-	-	0,0024** (0,0004)	0,0019** (0,0004)	0,0019** (0,0004)	0,0033** (0,0004)
OBSERVAÇÕES	110378	110378	110378	110378	110378	110378
DUMMY ANO	-	X	X	X	X	X
DUMMY GRUPO	-	X	X	X	X	X
CONTROLES MICRO	X	X	X	X	X	X

Efeitos Marginais calculados a partir do modelo de Probit Ordenado. Variável dependente é a satisfação com a vida, que varia de 1 a 10. As variáveis “direitos políticos” e “liberdades civis” são os subcomponentes do índice de Liberdade Política. Os desvios-padrão são robustos. *significante a 5% **significante a 1%

A especificações VI traz os resultados da análise dos efeitos de cada um dos dois subcomponentes da Liberdade Política: as liberdades civis e os direitos políticos. Vemos que em ambas as especificações, com ou sem controles macroeconômicos, o efeito positivo e significativo sobre o bem-estar dos direitos políticos, que incluem o direito de votar em eleições livres, competir por cargos públicos, tornar-se membro de organizações e partidos políticos, etc., parecem muito bem definidos e robustos. Já o coeficiente das liberdades civis apresenta-se negativo, ao incluirmos os controles macroeconômicos. Acreditamos que o fato do coeficiente de liberdades civis aparecerem negativo deve-se muito mais ao altíssimo grau de correlação entre este sub-componente da liberdade política e os direitos políticos, do que à uma verdadeira relação causal negativo entre liberdades civis e bem-estar. De fato, a correlação entre os dois sub-componentes é da ordem de 0,94.

6. Conclusão

Este artigo analisa o papel da liberdade econômica e política na determinação do bem-estar subjetivo dos indivíduos. Através da utilização de micro-dados de surveys de felicidade, encontramos evidências de que as pessoas parecem derivar utilidade das condições e processos que levam aos resultados econômicos, além da utilidade derivada propriamente dos resultados. Chamamos este tipo de utilidade de utilidade processual. A principal consequência teórica deste tipo de evidência é o fato das pessoas se importarem com processos de escolha viola o axioma fundamental da monotonicidade, de forma que a avaliação do comportamento individual a partir de uma perspectiva tradicional levaria necessariamente a uma representação inconsistente das preferências. A utilidade processual é incompatível com a teoria da utilidade esperada.

Os resultados empíricos são mais imediatos. As pessoas preferem viver em ambientes políticos e econômicos mais livres, onde elas tenham mais possibilidades de escolha.

7. Bibliografia

- Abraham, Katharine G. e Shimer, Robert, 2001. "Changes in Unemployment Duration and Labor Force Attachment," NBER Working Papers 8513, National Bureau of Economic Research, Inc.
- Alesina, A. (1987) "Macroeconomic Policy in a Two-Party System as a Repeated Game", *Quarterly Journal of Economics*, August, 651-678.
- Alesina, Alberto, Di Tella, Rafael and MacCulloch, Robert, (2004). "Inequality and happiness: are Europeans and Americans different?," *Journal of Public Economics*, Elsevier, vol. 88(9-10), pages 2009-2042, August.
- Andrew E. Clark, (2003). "Unemployment as a Social Norm: Psychological Evidence from Panel Data," *Journal of Labor Economics*, University of Chicago Press, vol. 21(2), pages 289-322, April.
- Angrist, J. and Krueger, A. B. (1999). "Empirical Strategies in Labor Economics," Chapter 23 in O. Ashenfelter and D. Card, eds., *The Handbook of Labor Economics*, Volume III, North Holland.
- Becker, Gary and Rayo, Luis (2007) "Evolutionary Efficiency and Happiness" January 2007, The University of Chicago
- Bentham, J. (1789). "An introduction to the principles of morals and legislation" reimpresso (Oxford, UK: Blackwell, 1948)
- Benz, Matthias, (2005) "The relevance of procedural utility for economics" Institute for Empirical Research in Economics, University of Zurich. Working Paper No. 256

- Benz, M.; Frey, B. e Stutzer, A. (2004). "Introducing Procedural Utility: Not Only What, but Also How Matters," *Journal of Institutional and Theoretical Economics (JITE)*, Mohr Siebeck, Tübingen, vol. 127(3), pages 377-, September.
- Blanchflower, David G. (1991). "Fear, Unemployment and Wage Flexibility", *Economic Journal*, 101, 483-496.
- Blanchflower, D. G. and Burgess, S. M., (1996), "Job Creation and Job Destruction in Great Britain in the 1980s." *Industrial and labour Relations Review*, 50(1); pp.17-38.
- Blanchflower, (2004) David G. & Oswald, Andrew J., 2004. "Well-being over time in Britain and the USA," *Journal of Public Economics*, Elsevier, vol. 88(7-8), pages 1359-1386, July.
- Clark, Andrew (1996) 'L'utilite est-elle relative? Analyse a l'aide de donnees sur les menages', *Economie et Precision*, 121, pp.151-16
- _____ (1999) 'Are wages habit-forming? Evidence from micro data', *Journal of Economic Behaviour and Organisation*, June, 39, pp.179-200.
- _____ (2003). "Unemployment as a Social Norm: Psychological Evidence from Panel Data," *Journal of Labor Economics*, University of Chicago Press, vol. 21(2), pages 289-322, April.
- Clark, Andrew and Oswald, Andrew J. (1994). "Unhappiness and Unemployment", *Economic Journal*, 104, 648-659.
- _____. (1996) 'Satisfaction and comparison income', *Journal of Public Economics*, 61, pp.359-381.
- _____. (1998). "Comparison-Concave Utility and Following Behaviour in Social and Economic Settings," *J. Public Econ.* 70:1, pp. 133-55
- Corbi, Raphael e Menezes-Filho, Naércio (2006). "Os Determinantes Empíricos da Felicidade no Brasil" *Revista de Economia Política* vol. 26(4), outubro 2006.
- Corbi, Raphael (2007) "The components of economic freedom, income and growth: an empirical analysis" *Estudos Econômicos*, Volume 37 n.3
- Diener, Edward (1984). "Subjective Well-Being", *Psychological Bulletin*, 93, 542-575.
- _____ (2000) "Subjective Well-Being: The Science of Happiness and a Proposal for a National Index." *American Psychologist* 55(1): 34-43.
- Diener, Ed, Marissa Diener e Carol Diener (1995). Factors Predicting the Subjective Well-Being of Nations. *Journal of Personality and Social Psychology* 69(5):851-864.
- Diener, E., E.M. Suh, R.E. Lucas and H.L Smith (1999) "Subjective Well-Being: Three Decades of Progress." *Psychological Bulletin* 125(2): 276-302.
- Diener, Ed; Lucas, Richard e Napa, Christie (2006) "Beyond the Hedonic Treadmill: Revising the Adaptation Theory of Well-Being" *American Psychologist*, v61 n4 p305-314 May-Jun
- Di Tella, Rafael and Robert MacCulloch (1996a) "The Determination of Unemployment Benefits", Working Paper N 180, IES, Oxford University, February. Forthcoming *Journal of Labor Economics*.
- _____ (1996b) "An Empirical Study of Unemployment Benefit Preferences", Working Paper N 179, IES, Oxford University, February.
- _____ (2005) "Partisan Social Happiness", *Review of Economic Studies*, Blackwell Publishing, vol. 72(2), pages 367-393, 04.
- Di Tella, Rafael, Robert J. MacCulloch e Andrew J. Oswald (1999). How Do Macroeconomic Fluctuations Affect Happiness? Mimeo. Harvard Business School.
- _____. (2001) "Preferences over Inflation and Unemployment: Evidence from Happiness Surveys", *American Economic Review*, 91 (1), 335-42.
- _____. (2003). "*The Macroeconomics of Happiness*" *The Review of Economics and Statistics*, MIT Press, vol. 85(4), pages 809-827, 09.
- Di Tella, R., Layard, R. and MacCulloch, R. (2002), 'Accounting for Happiness', mimeo, LSE.
- Easterlin, Richard (1974). "Does Economic Growth Improve the Human Lot? Some Empirical Evidence". In *Nations and Households in Economic Growth: Essays in Honour of Moses Abramovitz*, (ed. P. A. David and M. W. Reder). New York and London: Academic Press.
- _____ (1995). "Will Raising the Incomes of All Increase the Happiness of All?". *Journal of Economic Behaviour and Organization*, 27, 1, 35-48.
- _____ (2001). "*Income and Happiness: Towards a Unified Theory*" *Economic Journal* 111(473): 465-484.
- Ferrer-i-Carbonell, Ada e Frijters, Paul. (2004). "How Important is Methodology for the estimates of the determinants of Happiness?," *Economic Journal*, Royal Economic Society, vol. 114(497), pages 641-659, 07.

- Frey, Bruno S. e Stutzer, Alois (1999) "Measuring Preferences by Subjective Well-being". *Z. ges. Staatswissens (JITE)* (1999), pp. 755-788
- _____. (2000) "Happiness, Economy and Institutions", *Economic Journal*, 110, 918-938.
- _____. (2002a) "What Can Economists Learn from Happiness Research?," *Journal of Economic Literature*, American Economic Association, vol. 40(2), pages 402-435, June.
- _____. (2002b) "Beyond Outcomes: Measuring Procedural Utility" (April 29, 2002). *Oxford Economic Papers* 2005 57(1):90-111; doi:10.1093/oeq/gpi002
- Friedman, Milton. (1962) *Capitalism and freedom*. University of Chicago Press, Chicago.
- _____. (2001). *Economic freedom, human freedom, political freedom*. Speech delivered at The Smith Center for Private Enterprise Studies, California State University, Hayward, 1991.
- Fukuyama, Francis (1995). "*Social Capital and the Global Economy*". *Foreign Affairs*. 74,5.
- Gastil, R.D. e seguidores. *Freedom in the world*. Freedom House, New York, 1972-2006. Dados extraídos de www.freedomhouse.org
- Gardner, Jonathan e Andrew J. Oswald (2001). *Does Money Buy Happiness? A Longitudinal Study Using Data on Windfalls*. Mimeo. Warwick University.
- Gianetti, Eduardo (2002). "Felicidade: Diálogos sobre o bem-estar na civilização" Ed. Companhia das Letras
- Graham, Carol and Stefano Pettinato. (2001a) "Frustrated Achievers: Winners, Losers, and Subjective Well Being in New Market Economies," *J. Devel. Stud.* forthcoming.
- _____. (2001b). *Happiness, Markets, and Democracy: Latin America in Comparative Perspective*. Forthcoming in *Journal of Happiness Studies*.
- Greene, William H. "*Econometric Analysis*" Fifth Edition (2003) Prentice Hall
- Gwartney, James and Robert Lawson (2004). *Economic Freedom of the World: 2004 Annual Report*. Vancouver: The Fraser Institute.
- de Haan, Jakob & Siermann, Clemens L J, 1998. "*Further Evidence on the Relationship between Economic Freedom and Economic Growth*" *Public Choice*, Springer, vol. 95(3-4), pages 363-80, June.
- Hayek, F.A. (1944). *Economic freedom of the world*, 2001 Annual Report. University of Chicago Press, Chicago
- Helliwell, John (1996). "*Economic Growth and Social Capital in Asia*". NBER Working Paper 5470.
- Helliwell, John (2002). "How's the Job? Well-Being and Social Capital in the Workplace" National Bureau of Economic Research
- Helson, H. (1964). *Adaptation-level theory*. New York: Harper & Row.
- Hicks, John R. 1934. "A Reconsideration of the Theory of Value, I," *Economica* 1, pp. 52-75.
- Inglehart, Ronald F. (1990). *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press.
- Inglehart, Ronald et al. 2000. *World Values Surveys and European Values Surveys*, 1981-84, 1990-93, 1995-97 [computer file]. ICPSR version. Ann Arbor: Institute for Social Research, 1999.
- Kennickell, A., Starr-McCluer, M., and Sunden, A. (1997), "*Family Finances in the US: Recent Evidence from the Survey of Consumer Finances*" *Federal Reserve Bulletin*, 83, pp. 1-24.
- Kenny, Charles (1999). Does Growth Cause Happiness, or Does Happiness Cause Growth? *Kyklos* 52(1): 3-26.
- Konow, J. and J. Earley (1999) "The Hedonistic Paradox: Is Homo-Economicus Happier?". Mimeo.
- Layard, Richard. (1980). "Human Satisfaction and Public Policy," *Econ. J.* 90:363, pp. 737-50.
- _____. (2003). *Happiness: Has social science a clue?* The Lionel Robbins Lectures 2002/2003.
- _____. (2005) "Rethinking Public Economics: The Implications of Rivalry and Habit", *Economics and Happiness*, December 2005, pp. 147-170(24)
- Loewenstein, George. (1999). "Because It Is There: The Challenge of Mountaineering . . . for Utility Theory," *Kyklos* 52:3, pp. 315-43.
- Loewenstein, G., & Schkade, D. (1999). Wouldn't it be nice: Predicting future feelings. In D. Kahneman, E. Diener, & N. Schwarz (Eds.), *Well being: The foundation of hedonic psychology* (pp. 85-108). New York: Russell Sage.
- Lucas, Richard E., Ed Diener and Eunhook M. Suh. (1996). "Discriminant Validity of Well-Being Measures," *J. Personality and Social Psychology* 71:3, pp. 616-28.
- McGill, V. (1967).. "*The Idea of Happiness*". New York: Praeger

- Mulligan, Casey, e Xavier Sala-i-Martin (2000), "Extensive Margins and the Demand for Money at Low Interest Rates", *Journal of Political Economy* 108.5: 961-991.
- von Neumann, John and Oskar Morgenstern (1944). *Theory of Games and Economic Behavior*. Princeton: Princeton University Press.
- Ng, Yew-Kwang (1996). "Happiness Surveys: Some Comparability Issues and an Exploratory Survey Based on Just Perceivable Increments", *Social Indicators Research*, 38, 1-27.
- _____ (1997). "A Case for Happiness, Cardinalism, and Interpersonal Comparability", *Economic Journal*, 107, 1848-1858.
- Norton, Seth W. (1998). Poverty, Property Rights, and Human Well-being: A Cross-national Study. *Cato Journal* 18 (2) (Fall): 233-45.
- Oswald, Andrew J. (1997). "Happiness and Economic Performance", *Economic Journal*, 107, 1815-1831.
- Pommerehne, Werner W. (1990). "The Empirical Relevance of Comparative Institutional Analysis," *Europ. Econ.Rev.* 34:2-3, pp. 458-69.
- van Praag, Bernard M. S. (1991). "Ordinal and Cardinal Utility. An Integration of the Two Dimensions of the Welfare Concept," *J. Econometrics* 50, pp. 69-89.
- Rabin, Matthew (1993). Incorporating Fairness into Game Theory and Economics. *American Economic Review* 83 (5): 1281-1302.
- _____ (2002). A Perspective on Psychology and Economics. *European Economic Review* 46(4-5): 657-85.
- Ravallion, Martin e Michael Lokshin (2001). Identifying Welfare Effects from Subjective Questions. *Economica* 68(271): 335-357.
- Robbins, Lionel C. (1932). *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*. London: MacMillan. Selections reprinted in *The Philosophy of Economics: An Anthology*. Daniel M.
- Romer, Christina. and Romer, David (1998) "Monetary policy and the well-being of the poor" Proceedings, Federal Reserve Bank of Kansas City, issue Aug, pages 159-201
- Santerre, Rexford E. (1986). "Representative versus Direct Democracy: A Tiebout Test of Relative Performance," *Public Choice* 48:1, pp. 55-63
- _____ (1989). "Representative versus Direct Democracy: Are There Any Expenditure Differences?" *Public Choice* 60:2, pp. 145-54.
- Sen, Amartya K. (1986). "The Standard of Living," in *Tanner Lectures on Human Values*, Vol. VII. Sterling McMurrin, ed. Cambridge, UK: Cambridge U. Press.
- _____ (1995). "Rationality and Social Choice," *Amer. Econ. Rev.* 85:1, pp. 1-24.
- Slesnick, Daniel T. (1998). "Empirical Approaches to the Measurement of Welfare," *J. Econ. Lit.* 36:4, pp. 2108-65.
- Stutzer, A. e Lalive, R. (2004). "The Role of Social Work Norms in Job Searching and Subjective Well-Being," *Journal of the European Economic Association*, MIT Press, vol. 2(4), pages 696-719, 06.
- Thaler, Richard H. 1992. *The Winner's Curse. Paradoxes and Anomalies of Economic Life*. NY: Free Press.
- Toshihiko Mukoyama & Aysegul Sahin, 2004. "Why Did the Average Duration of Unemployment Become So Much Longer?," Working Papers 04002, Concordia University, Department of Economics.
- Veenhoven, Ruut (1990) "Inequality in nations", with the assistance of Renee van Schoonhoven and Piet Ouweneel. Paper presented at the 12th Work Congress of Sociology in Madrid July 1990. Working Group Social Indicators and Quality of Life. Session 7, Social trends and Inequality.
- _____ (1992). "Happiness in Nations", RISBO series: Studies in socio-cultural transformation nr. 2, Erasmus University
- _____ (1994). "Is Happiness a Trait?". *Social Indicators Research*. 32:101-60.
- _____ (2000). "Freedom and Happiness: A comparative study in 46 nations in the early 1990's" published in Diener, E. & E.M. 'Culture and subjective well-being' MIT press, Cambridge, MA USA pp.257-288
- Veenhoven, Ruut e Wim Kalmijn (2005) "Inequality adjusted Happiness in nations - Egalitarianism and Utilitarianism Married in a New Index of Societal Performance" Published in: *Journal of Happiness Studies, Special Issue on 'Inequality of Happiness in nations' 2005b, vol.6, pp. 421-455*
- Winkelmann, Liliana and Winkelmann, Rainer (1998). "Why are the Unemployed so Unhappy?", *Economica*, 65(257), 1-15.